



Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2003

### INTRODUÇÃO

À Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria-geral da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.<sup>1</sup>

Este relatório apresenta um diagnóstico sobre o gerenciamento dos atos e fatos conduzidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos ao longo do ano de 2003, com destaque para a execução dos programas e ações do PPA 2000-2003:

ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS  
ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (MPAS)  
COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MPAS)  
DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS  
GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS  
PAZ NAS ESCOLAS  
PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL  
REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

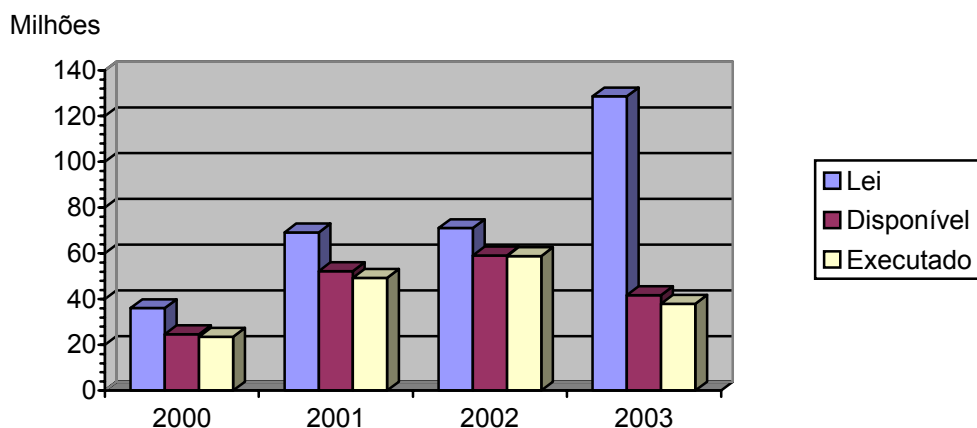
No ano de 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos foi contemplada no Orçamento Geral da União com recursos da ordem de R\$ 128.654.877,00 (cento e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais). Desses recursos, somente R\$ 41.720.425,00 (quarenta e um milhões, setecentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), correspondente a 32,43% do orçamento, foram disponibilizados, dos quais 91,01% foram investidos em políticas

---

<sup>1</sup> Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

públicas, representando um montante executado de R\$ 37.968.518,34 (trinta e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos) **ANEXO I:**

### Quadro Comparativo Execução Orçamentária



Os recursos disponibilizados, foram empregados nos programas de atuação desta Secretaria, visando maximizar os resultados a serem alcançados, tendo em vista o bloqueio de recursos da ordem de R\$ 86.934.452,00, correspondente a 67,57% do orçamento aprovado na Lei de Orçamento Anual para 2003. A seguir demonstraremos a execução dos projetos desta SEDH, com os recursos disponibilizados:

#### 1 - Gestão Tesouro:

Área de Atuação	Valor Total (R\$)	Porcentagem
0065 - Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência	2.113.239,00	100,00%
0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	140.000,00	100,00%
0152 - Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	4.173.424,40	99,99%
0153 - Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	4.783.347,19	93,89%
0154 - Direitos Humanos, Direito de Todos	3.995.308,20	94,44%
0155 - Gestão da Política de Direitos Humanos	0,00	0,00%
0668 - Paz nas Escolas	1.124.247,01	99,17%
0670 - Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	10.950.290,00	100,00%
8017 - Proteção da Adoção Internacional	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>27.279.855,80</b>	<b>97,95%</b>

#### 2 - Gestão Fundo:

Área de Atuação	Valor Total (R\$)	Porcentagem
0152 - Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	8.908.856,54	98,99%
0153 - Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	1.779.806,00	95,26%
0180 - Esporte Solidário	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>10.688.662,54</b>	<b>77,07%</b>

## DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### Gestão Tesouro:

### 0065 – ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Ação:	Apoio À Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Em Estados e Municípios		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1753
Produto:	CONSELHO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	500.000,00	60.000,00	12

Ação:	Apoio a Organizações Não-governamentais Que Desenvolvam Trabalho Protegido Para Pessoas Portadoras de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2785
Produto:	INSTITUICAO APOIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	14,000	2,000	14
<b>Financeiro</b>	2.916.415,00	1.308.879,00	45

Ação:	Apoio a Organizações Não-governamentais Que Desenvolvam Trabalho Protegido Para Pessoas Portadoras de Deficiência		
Localizador:	No Distrito Federal		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2785
Produto:	INSTITUICAO APOIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

Ação:	Apoio Ao Trabalho Protegido Para Pessoas Portadoras de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2043
Produto:	INSTITUICAO APOIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	80.000,00	0,00	0

Ação:	Campanha Educativa Sobre Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3072
Produto:	CAMPANHA REALIZADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	355.640,00	0,00	0

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos Para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1760
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2.146,000	1.996,000	93
<b>Financeiro</b>	500.000,00	440.000,00	88

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos Para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência		
Localizador:	No Estado de Minas Gerais - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1760
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		1.520,000	0,000
<b>Financeiro</b>		100.000,00	100.000,00

Ação:	Capacitação e Especialização de Técnicos Em Acessibilidade		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5125
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		851,000	0,000
<b>Financeiro</b>		200.000,00	0,00

Ação:	Edição e Distribuição de Documentos e Informações Na Área de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3813
Produto:	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		40.000,000	0,000
<b>Financeiro</b>		200.000,00	0,00

Ação:	Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1740
Produto:	BARREIRA PARA DEFICIENTE REMOVIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		664,000	0,000
<b>Financeiro</b>		570.000,00	0,00

Ação:	Estudos e Pesquisas Na Área de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1749
Produto:	ESTUDO/ PESQUISA REALIZADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		5,000	0,000
<b>Financeiro</b>		500.000,00	0,00

Ação:	Implantação do Sistema Nacional de Informações Sobre Deficiência - Corde		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1825
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unid. Medida:	% de execução física
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		25,000	0,000
<b>Financeiro</b>		430.000,00	0,00

Ação:	Promoção de Eventos Sobre os Direitos de Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1815
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
			% de Execução
<b>Físico</b>		5,000	4,000
<b>Financeiro</b>		204.360,00	204.360,00

Ação:	Sistema Nacional de Informações Sobre Deficiência - Corde		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4281
Produto:	sistema mantido	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

## 0073 – COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ação:	Rede Nacional de Informações Para Prevenção e Combate Ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2815
Produto:	REDE MANTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	140.000,00	140.000,00	100

## 0152 – REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos dos Sistemas de Segurança, Justiça e Atendimento Ao Adolescente Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1758
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	3.333,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	1.000.000,00	0,00	0

Ação:	Construção de Unidades de Atendimento Para Adolescentes Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1722
Produto:	VAGA CRIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	100,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	2.700.000,00	0,00	0

Ação:	Construção de Unidades de Atendimento Para Adolescentes Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1722
Produto:	VAGA CRIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	340,000	80,000	24
<b>Financeiro</b>	9.194.622,00	2.919.000,00	32

Ação:	Construção de Unidades de Atendimento Para Adolescentes Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	No Município de Vilhena - RO - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1722
Produto:	VAGA CRIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	25,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	130.000,00	0,00	0

Ação:	Estudos e Pesquisas Na Área de Reinserção Social do Adolescente Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	7277
Produto:	Estudo/ pesquisa realizado	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	5,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	240.500,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Serviços de Acompanhamento Para Reinserção Social do Egresso do Sistema Sócioeducativo		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1780
Produto:	EGRESSO ASSISTIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1.672,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	1.000.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Serviços de Atendimento a Adolescentes Com Medidas Sócioeducativas Não Privativas de Liberdade		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1782
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	94,000	3,000	3
<b>Financeiro</b>	13.000.000,00	779.589,00	6

Ação:	Implantação de Serviços Sócio-psico-pedagógicos Destinados Aos Adolescentes Em Conflito Com a Lei e Sua Família		
Localizador:	Em Diadema - SP		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1788
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Serviços Sócio-psico-pedagógicos Destinados Aos Adolescentes Em Conflito Com a Lei e Sua Família		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1788
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	4,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	400.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Serviços Sócio-psico-pedagógicos Destinados Aos Adolescentes Em Conflito Com a Lei e Sua Família		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1788
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	11,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	1.100.000,00	0,00	0

Ação:	Modernização das Unidades do Sistema de Justiça, Segurança e Atendimento Ao Adolescente Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1829
Produto:	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1.250,000	315,000	25
<b>Financeiro</b>	1.840.000,00	474.835,00	26

Ação:	Promoção de Eventos Relativos À Reinserção Social do Adolescente Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	7301
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	4,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	240.500,00	0,00	0

Ação:	Reforma de Unidades de Atendimento a Adolescentes Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1819
Produto:	unidade reformada	Unid. Medida:	m²
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2.000,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	1.000.000,00	0,00	0

## 0153 – DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos Para Atuação Na Área de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1761
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	500,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

Ação:	Capacitação de Recursos Humanos Para Atuação Na Área de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1761
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	5.000,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	900.000,00	0,00	0

Ação:	Criação de Defensorias Públicas Especializadas Em Crianças e Adolescentes Nos Estados e No Distrito Federal		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5002
Produto:	DEFENSORIA IMPLANTADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	5,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	600.000,00	5.683,00	1

Ação:	Criação de Delegacias Estaduais Especializadas Em Investigação de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1221
Produto:	DELEGACIA IMPLANTADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	5,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	500.000,00	0,00	0

Ação:	Edição e Distribuição de Documentos Técnicos Na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1732
Produto:	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	40.000,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

Ação:	Estudos e Pesquisas Aplicadas Na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1743
Produto:	ESTUDO/ PESQUISA REALIZADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	10,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	300.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1785
Produto:	rede implantada	Unid. Medida:	% de execução física
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	15,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	555.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Conselho Tutelar de Ariquemes -RO		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	50.000,00	0,00	0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Conselho Tutelar de Monte Negro - RO		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	25.000,00	0,00	0



Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Localizador:	Conselho Tutelar do Município de Alto Paraíso-RO			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida: UNIDADE		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			1,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			25.000,00	0,00 0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida: UNIDADE		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			1,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			100.000,00	0,00 0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Localizador:	Implantação/manutenção de Unidade de Defesa da Criança e Adolescente - conselho Tutelar- Cruzeiro do Sul - AC			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1797
Produto:	unidade implantada	Unid. Medida: UNIDADE		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			1,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			25.000,00	0,00 0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida: UNIDADE		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			5,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			700.000,00	0,00 0

Ação:	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Localizador:	No Município de Rio Branco - AC - Secretaria Especial dos Direitos Humanos			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1797
Produto:	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	Unid. Medida: UNIDADE		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			1,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			40.000,00	0,00 0

Ação:	Implantação do Sistema Integrado de Informações Para Infância e Adolescência - Sipi			
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos			
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:		1800
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unid. Medida: % de execução física		
	Previsto	Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>			14,000	0,000 0
<b>Financeiro</b>			1.000.000,00	591.678,00 59

Ação:	Manutenção de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2717
Produto:	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	106,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	19.875.200,00	4.278.082,00	22

Ação:	Manutenção de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Prom. dos Dir. Humanos da Criança/adolesc.situação de Vulnerabilidade Social Fund.des.toledo-joão Pessoa - PB		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2717
Produto:	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	0,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	50.000,00	0,00	0

Ação:	Manutenção de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Localizador:	Prom.dos Dir Humanos da Criança/adolesc Situação de Vulnerabilidade Fund Des Toledo João Pessoa - PB		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2717
Produto:	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	75.000,00	0,00	0

Ação:	Promoção de Eventos Relativos Aos Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1810
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

Ação:	Promoção de Eventos Relativos Aos Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1810
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	10,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

Ação:	Promoção de Eventos Relativos Aos Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	No Distrito Federal		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1810
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

## 0154 – DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

Ação:	Apoio À Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3815
Produto:	CONSELHO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	6,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	180.000,00	0,00	0

Ação:	Apoio À Implantação de Serviços de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e de Combate a Todas as Formas de Discriminação		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5033
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	28,000	4,000	14
<b>Financeiro</b>	2.200.000,00	249.927,00	11

**Comentários:** Os recursos utilizados nesta meta visaram à instalação de serviços de atendimento especializado a refugiados (em SP, RJ e DF) e a cidadãos que se consideram prejudicados pelo atendimento de determinados serviços públicos no Ceará.

Ação:	Atendimento Emergencial a Pessoas Submetidas a Violações de Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4671
Produto:	PESSOA ATENDIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	80,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	80.000,00	52.000,00	65

**Comentários:** A ação em tela foi criada com o objetivo principal de atender a trabalhadores libertados de situação análoga à escravidão, uma vez que no tempo entre a libertação e o recebimento dos seus direitos trabalhistas o trabalhador não dispõe de estrutura para alimentação, repouso, transporte e mesmo comunicação com seus familiares. Seu uso, entretanto, se deu para fazer frente a indenização determinada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, beneficiando o cidadão José Pereira, libertado de situação de escravidão há alguns anos.

Ação:	Capacitação e Especialização de Profissionais e Lideranças Comunitárias Em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3811
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	6.456,000	2.580,000	40
<b>Financeiro</b>	1.454.000,00	722.385,00	50

**Comentários:** Com recursos desta ação serão capacitadas 2580 pessoas. De fato, o percentual de atingimento da meta física se difere do da meta financeira, o que se explica pela diferença do custo médio por pessoa capacitada nas diversas regiões do país. Ressalta-se, ainda, que o custo por aluno tende a baixar, dependendo da quantidade de capacitandos por turma. Neste ano, contudo, encontramos dificuldades em potencializar os recursos desta forma, beneficiando a qualidade das capacitações oferecidas. Acrescente-se, ainda, que com recursos de outras ações, mormente Balcões de Direitos, serão capacitadas/sensibilizadas 32600 pessoas, além daquelas atingidas por esta ação.

Ação:	Edição e Distribuição de Documentos e Informações Em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1733
Produto:	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	30.000,000	24.000,000	80
<b>Financeiro</b>	150.000,00	112.750,00	75

Ação:	Estudos e Pesquisas Em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1747
Produto:	ESTUDO/ PESQUISA REALIZADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	3,000	1,000	33
<b>Financeiro</b>	250.000,00	50.000,00	20

Ação:	Gerenciamento do Serviço Civil Voluntário		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2447
Produto:	SERVICO GERENCIADO ESTADUAL	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	27,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	2.037.800,00	10.000,00	0

**Comentários:** A execução desta ação de Gerenciamento do SCV está relacionada à real execução do Serviço Civil. Neste ano, contudo, o SCV não foi realizado em nenhum dos estados brasileiros, o que se refletiu em alcance nulo da meta física. Os R\$ 10.000,00 desbloqueados visavam a garantir alguma disponibilidade financeira na eventualidade de realização do programa. Apesar de se haver solicitado o bloqueio deste valor e seu desbloqueio em outra ação do programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, tal procedimento não foi realizado. Esse fato levou a que os recursos fossem utilizados na complementação de projeto que implementará a ação Balcões de Direitos.

Ação:	Implantação da Rede Nacional de Informação e Combate À Tortura		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5151
Produto:	rede implantada	Unid. Medida:	% de execução física
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	38,000	38,000	100
<b>Financeiro</b>	600.000,00	547.000,00	91

**Comentários:** Os recursos desta ação foram utilizados na continuidade do serviço SOS Tortura até o mês de janeiro/04.

Ação:	Implantação de Serviços de Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (balcões de Direito)		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1919
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	22,000	37,000	168
<b>Financeiro</b>	1.730.000,00	1.700.000,00	98

Ação:	Manutenção dos Balcões de Direitos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2801
Produto:	SERVICO MANTIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	29,000	24,000	83
<b>Financeiro</b>	915.000,00	672.990,00	74

Ação:	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos Em Razão da Participação Em Atividades Políticas, Nos Termos da Lei Nº 9.140, de 1995		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0083
Produto:	Nao Informado	Unid. Medida:	Nao Informado
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	0,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	700.000,00	0,00	0

Ação:	Promoção de Eventos Em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1807
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	3,000	150
<b>Financeiro</b>	80.000,00	76.177,00	95

## 0155 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Ação:	Estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1767
Produto:	REDE ESTRUTURADA	Unid. Medida:	% de execução física
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	500.000,00	0,00	0

Ação:	Gerenciamento de Projetos Apoiados Na Área de Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4673
Produto:	CONVÊNIO FISCALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	25,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	57.200,00	0,00	0

Ação:	Implantação do Sistema de Informação Nacional Em Direitos Humanos		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1796
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unid. Medida:	% de execução física
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	50,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	500.000,00	0,00	0

## 0668 – PAZ NAS ESCOLAS

Ação:	Apoio À Implantação e Execução de Projetos Por Instituições Não-governamentais Que Desenvolvam Ações Complementares de Combate À Violência Nas Escolas		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4272
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

Ação:	Apoio À Implantação e Execução de Projetos Por Instituições Não-governamentais Que Desenvolvam Ações Complementares de Combate À Violência Nas Escolas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4272
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	108,000	4,000	4
<b>Financeiro</b>	10.592.800,00	1.018.642,00	10

Ação:	Apoio Às Organizações de Jovens Atuantes No Fortalecimento de Grêmios Estudantis		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4273
Produto:	ASSOCIACAO APOIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	4,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

Ação:	Apoio Às Organizações de Jovens Atuantes No Fortalecimento de Grêmios Estudantis		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4273
Produto:	ASSOCIACAO APOIADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	6,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	150.000,00	0,00	0

Ação:	Capacitação de Policiais e Agentes de Direitos Humanos Para o Enfrentamento da Violência Nas Escolas		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3809
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1.800,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	360.000,00	0,00	0

Ação:	Capacitação de Policiais e Agentes de Direitos Humanos Para o Enfrentamento da Violência Nas Escolas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3809
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	9.000,000	200,000	2
<b>Financeiro</b>	1.800.000,00	105.605,00	6

Ação:	Estudos e Pesquisas Na Área de Violência Nas Escolas		
Localizador:	Em Regiões Metropolitanas - Pnsp (plano Nacional de Segurança Pública)		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3837
Produto:	ESTUDO/ DIVULGADA	PESQUISA	Unid. Medida: UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	50.000,00	0,00	0

Ação:	Estudos e Pesquisas Na Área de Violência Nas Escolas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	3837
Produto:	ESTUDO/ DIVULGADA	PESQUISA	Unid. Medida: UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0

## 0670 – ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

Ação:	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1717
Produto:	AGENTE CAPACITADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
<b>Físico</b>		381,000	0,000
<b>Financeiro</b>		1.040.000,00	200.000,00
			% de Execução
			0
			19

**Comentário:** Por meio dessa ação são realizadas as oficinas de capacitação para os agentes operadores do Sistema Nacional (PROVITA e CAVC). Para 2003 estavam previstas 3 oficinas (para 50 agentes em cada uma) e um Seminário Nacional para 300 pessoas. Tendo em vista o contingenciamento orçamentário essa previsão inicial não pode ser cumprida. Os recursos utilizados no âmbito dessa ação destinaram-se à complementação dos convênios de manutenção dos Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas já implantados.

Ação:	Implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1781
Produto:	CENTRO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
<b>Físico</b>		9,000	4,000
<b>Financeiro</b>		1.800.000,00	1.720.870,00
			% de Execução
			44
			96

**Comentário:** Tendo em vista que os 11 Centros de apoio a Vítimas de Crimes hoje implantados não puderam ter assegurada sua continuidade com os recursos da ação específica para esse fim (4278), parte dos recursos desta ação foram investidos para cobrir essa disfunção. É por essa razão que somente 4 novos Centros foram implantados e não 9 como previsto na LOA.

Ação:	Implantação de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1787
Produto:	SERVICO IMPLANTADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
<b>Físico</b>		5,000	1,000
<b>Financeiro</b>		1.500.000,00	1.077.980,00
			% de Execução
			20
			72

**Comentário:** Tendo em vista que os 16 Serviços Estaduais de Proteção hoje implantados não puderam ter assegurada sua continuidade com os recursos da ação específica para esse fim (4278), parte dos recursos desta ação foram utilizados para cobrir essa disfunção. É por essa razão que somente 1 novo Serviço pôde ser implantado e não 5 como previsto na LOA.

Ação:	Serviços de Proteção, Assistência e Apoio a Testemunhas Ameaçadas		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4278
Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Atual	Liquidado
<b>Físico</b>		920,000	624,000
<b>Financeiro</b>		9.290.000,00	7.951.440,00
			% de Execução
			68
			86

**Comentário:** Essa ação é a de manutenção do Sistema Nacional que hoje conta com 16 Serviços Estaduais de Proteção (PROVITA), 11 Centros de Apoio a Vítimas (CAVC) e o Programa Federal que atende aos casos de proteção a testemunhas oriundos de estados ainda não integrados ao Sistema e aos casos da Justiça Federal.

Os PROVITA têm capacidade de atendimento de 920 testemunhas e familiares e os CAVC têm uma média anual de atendimento de 6.000 vítimas e familiares. São portanto produtos bastantes distintos, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o que torna frágil a contabilização da meta física atingida. Essa é uma disfunção que precisa ser corrigida.

Os recursos desta ação foram insuficientes para a garantia desses 27 convênios, por essa razão parte dos recursos das outras ações de implantação foram utilizados para a prioritária ação de manutenção.

Em 2003, com a renovação dos 16 convênios referentes aos Serviços de Proteção a Testemunhas (Provita) foi assegurada a capacidade de atendimento de 915 pessoas. Ao longo do ano foram protegidas 624 testemunhas.

Ação:	Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas Sob Grave Ameaça		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2831
Produto:	PESSOA ASSISTIDA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	200,000	60,000	30
<b>Financeiro</b>	800.000,00	0,00	0

**Comentário:** Essa ação é executada pelo Departamento de Polícia Federal na implementação do Serviço de Proteção ao Depoente Especial - SPDE, cuja finalidade é a de atender aos chamados "réus colaboradores", testemunhas que possuem envolvimento criminoso e que não podem, à luz da Lei n.º 9.807/99, ser incluídas do PROVITA. Não houve destaque orçamentário para o DPF em 2003 em virtude da insuficiência orçamentária e de ser considerada prioritária a manutenção da estrutura de proteção já implantada. No entanto, a Polícia Federal, com recursos próprios, atendeu a cerca de 60 pessoas no âmbito do SPDE ao longo de 2003.

## 8017 – PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

Ação:	Capacitação de Técnicos Que Atuem Em Processos de Adoção		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5027
Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1.000,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

Ação:	Estudos e Pesquisas Na Área de Adoção		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5029
Produto:	ESTUDO/ DIVULGADA	PESQUISA	Unid. Medida: UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	200.000,00	0,00	0

Ação:	Instalação da Unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1775
Produto:	UNIDADE ADMINISTRATIVA INSTALADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	500.000,00	0,00	0

Ação:	Promoção de Eventos Em Matéria de Adoção		
Localizador:	Nacional - Secretaria Especial dos Direitos Humanos		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	5025
Produto:	EVENTO REALIZADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	1,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	100.000,00	0,00	0



## Gestão Fundo:

### 0152 – REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Ação:	Atendimento Sócioeducativo Ao Adolescente Em Conflito Com a Lei		
Localizador:	Nacional - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente - Fnca		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2227
Produto:	ADOLESCENTE ASSISTIDO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	6.798,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	18.027.415,00	8.908.856,00	49

### 0153 – DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação:	Campanha Educativa Sobre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes		
Localizador:	Nacional - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente - Fnca		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1223
Produto:	CAMPANHA REALIZADA	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	5,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	2.718.425,00	1.779.806,00	65

### 0180 – ESPORTE SOLIDÁRIO

Ação:	Apoio a Projetos Esportivos Sociais Para a Infância e Adolescência		
Localizador:	Nacional - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente - Fnca		
Tipo Ação:	Projeto	Código da Ação:	1229
Produto:	PROJETO APOIADO	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto Atual	Liquidado	% de Execução
<b>Físico</b>	2,000	0,000	0
<b>Financeiro</b>	3.100.000,00	0,00	0

## EXECUÇÃO FINANCEIRA

A SEDH/PR executou, no exercício de 2003, recursos no valor de R\$ 37.878.518,34, correspondentes a 99,76% do montante dos recursos disponibilizados sendo que, dos recursos da fonte Tesouro Nacional, o índice de execução atingiu a marca de 100%. Com relação aos recursos destinados à gestão Fundo/Conanda, a mesma atingiu o índice de 99,16%.

Para a atividade de manutenção da SEDH, foram transferidos, pela PR, diretamente ao MJ, recursos da ordem de R\$ 3.4 milhões cuja execução ocorreu da seguinte forma:

Diárias pagas a servidores no país.....	R\$	85.488,73
Diárias pagas a servidores no exterior.....	R\$	54.738,74
Diárias pagas a colaboradores/nacional.....	R\$	53.791,49
Diárias pagas a colaboradores/internacional.....	R\$	2.316,60
Diárias pagas a conselheiros/nacional.....	R\$	77.672,54
Passagens aéreas nacionais.....	R\$	726.620,49
Passagens aéreas internacionais.....	R\$	83.820,64
Passagens terrestres.....	R\$	253,68

Pessoal terceirizado.....	R\$	1.001.924,20
Manutenção.....	R\$	1.179.372,89
Compra de equipamentos de informática.....	R\$	184.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>3.450.000,00</b>

## **FORÇA DE TRABALHO**

Esta Secretaria tem envidado esforços permanentes no sentido de melhorar tanto quantitativamente como qualitativamente o quadro de servidores. Como resultado, houve um acréscimo significativo da força de trabalho, apesar de ainda não se ter atingido o ideal em termos da necessidade existente. O **Anexo II** registra a situação atual de servidores desta SEDH/PR.

## **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

A SEDH se faz representar, por meio de dois servidores denominados “Agentes de RH”, junto ao Comitê Gestor de Recursos Humanos da Diretoria de Recursos Humanos da Casa Civil. Durante este ano 26 servidores, lotados na SEDH, participaram de cursos oferecidos por essa Diretoria.

## **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

Em termos quantitativos, o parque computacional desta SEDH se apresenta de forma satisfatória, mantendo uma proporção de 4 computadores para cada grupo de 3 servidores. Esta relação torna-se prejudicada quando a analisamos sob o aspecto da qualidade dos equipamentos.

Com o objetivo de atingir a proporção de 1 computador para cada servidor, bem como de substituir os equipamentos obsoletos, conseguimos junto ao MJ a disponibilização de 17 novos microcomputadores e de 5 impressoras laser, já instalados e em funcionamento nas diversas unidades da SEDH. Participamos, também, do processo de licitação para aquisição de 40 novos computadores e 15 impressoras laser, que deverão ser entregues em janeiro de 2004, pelo Ministério da Justiça.

## **ESPAÇO FÍSICO**

Com o aumento do quadro de servidores da SEDH sem a correspondente ampliação do espaço físico existente, as condições de trabalho nesta Secretaria têm se tornado críticas, causando transtornos que se refletem tanto no desempenho profissional, como no gerenciamento de equipes. Essa realidade, além de criar um clima conturbado de trabalho, propicia a dispersão espacial das diversas unidades da SEDH, dificultando o fluxo de informações e comunicação.

Essa dificuldade, já apontada em outras oportunidades, não se solucionou ainda em razão do receio de se criar complicações e disputas entre os dirigentes por melhores e maiores espaços.

Visando solucionar esse problema, a SEDH contratou uma equipe de consultores que a partir de documentos, entrevistas com servidores e visitas aos diversos setores desta Secretaria, estão analisando as melhores condições de funcionamento e organização desta SEDH.

## GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Uma das realizações desta SAPDH que merece destaque diz respeito à disponibilização, na internet, de informações relativas aos convênios firmados a partir de 2002, incluindo dados desagregados por Unidade Federação, recursos, objetivos e parceiros, para a execução de projetos no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos. Essa medida amplia a visibilidade das ações desta Secretaria junto à sociedade, assim como a transparência da atividade Governamental.

Outra medida relevante nessa área foi a centralização do gerenciamento das informações a partir da criação de uma unidade junto a esta Subsecretaria que administra os diversos Sistemas existentes no âmbito da SEDH. Essa iniciativa tem propiciado a uniformização de informações, bem como contribuído para o delineamento de programas, projetos e decisões gerenciais.

A atualização da página da SEDH na internet - <http://www.mj.gov.br/sedh> - assim como da página da Rede Nacional de Direitos Humanos – RNDH - <http://www.rndh.gov.br> - conferiram transparência às atividades da SEDH, a exemplo da consulta pública para atualização do programa Nacional de Direitos Humanos, da publicação de informações sobre os convênios firmados para a implementação do PNDH e de relatórios das Nações Unidas sobre direitos humanos no Brasil.

## CONVÊNIOS

### *Formalização de Convênios, Contratos, Acordos e instrumentos similares*

Com a centralização de todos procedimentos relativos aos aspectos administrativos pertinentes à formalização de convênios e similares nesta Subsecretaria, e sem a conseqüente organização estrutural dos diversos setores que desenvolvem esta atividade na SEDH, os procedimentos necessários ao desempenho dessa atribuição ficaram prejudicados, especialmente quanto à unificação e harmonização dos trâmites e medidas administrativas.

Assim, neste primeiro ano, ainda não foi possível organizar um sistema central de convênios nesta Secretaria que permita a adoção de medidas uniformes nos procedimentos que envolvem todo o processo de transferência de recursos. Em anexo relação dos convênios firmados e aditados em 2003.

### **ANEXO III**

#### *Análise de Prestações de Contas dos Convênios*

O processo de análise de processos de prestação de contas dos convênios firmados nesta SEDH também passou pelos mesmos problemas relacionados à estrutura, que impediram a reunião dos servidores envolvidos em um mesmo espaço físico. Assim, essas funções foram realizadas também de forma dispersa, não sendo possível adotar uma estratégia uniforme nos procedimentos pertinentes a atividade.

Outra questão que merece ser registrada refere-se ao volume de processos em diligência de prestação de contas devido, sobretudo, ao não cumprimento por parte dos convenientes, das obrigações pactuadas. Em anexo a situação dos convênios firmados por esta Secretaria nas contas “A COMPROVAR” e “A APROVAR”. **ANEXO IV**

Apesar das carência de pessoal especializado na área de prestação de contas, esta Secretaria tem atualizado as contas citadas, conforme **ANEXOS V e VI**.

## PRINCIPAIS INICIATIVAS DA SEDH

### **a) Erradicação do trabalho escravo**

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em março de 2003 com a articulação de atores governamentais e não-governamentais. A efetividade da fiscalização foi ampliada de norte a sul do país graças a ação mais incisiva do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, à prioridade no atendimento das delegacias e ao maior número de denúncias recebidas em virtude da divulgação dada ao Plano. Em menos de um ano foram libertados 4.315 trabalhadores que eram mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, quase o dobro de todo o ano de 2002 (2.306). Após serem libertados, estes trabalhadores receberam R\$ 5.888.379,50 em verbas rescisórias, além da documentação para se cadastrarem no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e isto os habilitou a receber o seguro-desemprego, que passou a ser pago neste ano para os libertos.

### **b) Registro Civil de Nascimento**

É necessário apontar que a radicalização da democracia necessita de uma cidadania integral que começa pelo Registro Civil de Nascimento. Em 1996, o IBGE apontava um percentual médio de subregistro para o Brasil de 25,3%. Isso significava que, aproximadamente, um milhão de crianças/ano no país não possuía a Certidão de Nascimento e Registro Civil o seu primeiro documento de cidadania. O compromisso do governo é erradicar o subregistro nos próximos dois anos. A mobilização pelo Registro Civil de Nascimento teve início em 25 de outubro.

### **c) Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

A responsabilidade do governo em assumir o Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes alterou a condução dessa ação. Uma comissão interministerial foi montada para que o enfrentamento do problema fosse feito de maneira consistente, por uma rede de agentes, e não mais por meio de programas estanques que não permitem uma visão global da questão. O trabalho em conjunto resultou no aumento de casos investigados pela Polícia Federal nos estados e na formação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público em cada unidade da federação para tratar exclusivamente dos casos de exploração sexual. O foco dos trabalhos é considerar o problema como crime organizado e, como tal, punir os responsáveis.

O principal diferencial consiste no fato de que ao ser operacionalizado de forma direta, com execução do Estado e com responsabilidade compartilhada com as organizações não-governamentais, o Disque-Denúncia possibilita a análise estrutural das instituições do Sistema de Garantias de Direitos, receptoras da denúncia. Assim, tendo conhecimento da situação real ou do estágio de apuração da Denúncia, o Sistema viabiliza a análise de todo o procedimento referente à resolubilidade do caso no que concerne à adoção de medidas protetivas às vítimas e à responsabilização e/ou atendimento ao agressor. Outro diferencial está no fato de que, desde a sua inauguração 15 de maio de 2003 até 17 de novembro de 2003, foram registradas 3.904 denúncias, sendo 514 de Exploração Sexual Comercial, 2.179 de Maus-Tratos e 1.211 de Abuso Sexual. Verifica-se, portanto, que o número de denúncias registradas em seis meses de funcionamento, em 2003, já é maior do que o total recebido nos cinco anos. A decisão de trazer para o governo a responsabilidade de coordenar, executar e viabilizar a operacionalização do Disque-Denúncia reafirma a vontade política de colocar na agenda governamental o combate ao abuso e exploração sexual, anunciado pelo Presidente da República, o que gera credibilidade e confiança no governo.

Além destas ações o governo federal lançou o Guia Escolar intitulado Método para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual em Crianças e Adolescentes. Com o guia, os professores poderão detectar mudanças no comportamento de crianças vítimas de violência ou abuso sexual.

#### **d) Adolescentes Autores de Ato Infracional**

Quanto aos adolescentes autores de ato infracional, ainda persistem práticas institucionais que seguem o modelo correccional-repressivo, necessitando de redobrado esforço para um avanço ainda maior. Está sendo estimulada a elaboração de planos estaduais de atendimento socioeducativo a fim de integrar as ações dentro da perspectiva de rede e do princípio da incompletude institucional para garantia dos direitos. Já foram elaborados 13 Planos Estaduais.

Dentre outras ações destacam-se aquelas voltadas para a prevenção da violência nas escolas, o apoio a organizações de jovens, a implantação de módulos do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência, o apoio a unidades de defesa, a ampliação da Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e o apoio a serviços de atendimento jurídico-social a crianças e adolescentes ameaçados de morte, que dá suporte ao Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, lançado pelo atual governo.

#### **e) Assistência a Vítimas e Testemunhas**

O programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas ameaçadas tem por objetivo garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes, contribuindo, dessa forma, no combate à impunidade, na salvaguarda de vidas humanas e na promoção e defesa dos direitos humanos. Seus beneficiários são as testemunhas e seus familiares que se encontrem em situação de ameaça por colaborarem com investigação ou processo criminal, nos termos da Lei nº 9.807/99 e vítimas da violência e seus familiares. Também se enquadram como beneficiários os depoentes especiais, nos termos da Lei nº 9.807/99, as vítimas da violência urbana e seus familiares e técnicos atuantes nos Serviços Estaduais de Proteção a Testemunhas (PROVITA) e nos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC). Os Provitas atenderam, em 2002, a cerca de 550 testemunhas. Desde sua implantação, em 13 de julho de 1999, até hoje mais de 1.100 pessoas já foram protegidas pelo Programa sem que nenhuma delas tenha sofrido tipo algum de atentado ou mesmo sido morta enquanto sob proteção. Atualmente mais de 600 pessoas estão sob efetiva proteção na rede.

No ano de 2003 foi assegurada a continuidade de 10 Serviços Estaduais – Provita (que têm capacidade de atendimento de 600 beneficiários) e 4 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC) que atendem anualmente a mais de 2.100 vítimas. Foram assistidas até outubro 2.700 pessoas, sendo a meta inicial de 920 pessoas.

#### **f) Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente**

O Plano prima pelo respeito à legislação brasileira, expressa na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e observa os acordos internacionais relativos à criança e ao adolescentes, ratificados pelo Brasil na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 e particularmente na Seção Especial pela Criança, realizada pela ONU em 2002. Foram estabelecidos no Plano os seguintes compromissos:

1. Promovendo Vidas Saudáveis
2. Provendo Educação de Qualidade
3. Proteção contra Abuso, Exploração e Violência
4. Combatendo HIV/Aids.

Para garantir o cumprimento desses compromissos, foram identificados 16 desafios que o governo definiu como prioritários para enfrentamento no período de 2004 a 2007 por meio de um conjunto de mais 200 ações desenvolvidas por diversos ministérios. A responsabilidade pela implementação do Plano será de um Comitê Gestor Interministerial criado por Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2003, coordenado pela SEDH e composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Assistência Social, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, SEDH, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **g) Atenção à Pessoa com Deficiência**

Com relação à política destinada a pessoa com deficiência, uma visão assistencialista deu lugar à garantia dos direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. O governo tem realizado esforços para desenhar e implementar uma política pública capaz de atender às necessidades urgentes e emergentes das pessoas com deficiência, além de construir uma política de natureza estruturante, capaz de modificar a lógica de intervenções pontuais e isoladas. Está em fase de consulta pública uma minuta do decreto que regulamentará a Lei nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que dispõem sobre o atendimento prioritário e a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, foram reunidos vários órgãos setoriais co-responsáveis pela formulação e implementação do Programa Nacional de Acessibilidade. A previsão é de que o Decreto seja publicado em março de 2004, após a conclusão da análise dos resultados da consulta pública.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) destacou ainda, em 2003, as seguintes ações: Capacitação de Recursos Humanos para Atenção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; promoção de eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa com deficiência e apoio a organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho protegido para pessoa com deficiência. Todas as ações desenvolvidas atuam no sentido da inclusão ativa da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, da garantia de direitos, da apuração de denúncias de preconceitos e discriminação e, principalmente, do estímulo ao desenvolvimento de ações integradas de políticas públicas referentes a esta parcela da população.

## **OS CONSELHOS**

Dentre as atribuições da Secretaria Especial dos Direitos Humanos está a de dar suporte administrativo para o funcionamento de 7 (sete) Conselhos, que têm como principal objetivo promover a articulação entre o Estado e a sociedade civil, pautar a agenda governamental e contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas.

São eles:

### **Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH**

Órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País, o CDDPH não teve condições de realizar os objetivos, para os quais tinha sido criado, nos seus primeiros vinte anos de existência.

O retorno ao pleno funcionamento vai ocorrer somente no governo do General João Batista Figueiredo, graças ao esforço pessoal do Senador Petrônio Portela. Em histórica reunião, realizada em abril de 1979, foi reativado. Nessa data, o Doutor Barbosa Lima Sobrinho, eleito Vice-Presidente do Conselho, chamou a atenção do Governo para a necessidade de ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos. Embora ainda pesasse sobre o Conselho a exigência de sigilos sobre seus debates, que só será revogada no final da ditadura, o discurso do Doutor Barbosa Lima Sobrinho mostra a principal razão de ser do CDDPH: um foro privilegiado das demandas da sociedade civil, no âmbito do Estado em relação aos direitos humanos.

O CDDPH tem como principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto, com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade e abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas a defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais de inquérito e atua por meio de resoluções. Além disso, o CDDPH promove estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e presta informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

### **Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA**

O CONANDA foi criado pela Lei Federal nº 8242, de 12 de outubro de 1991, e iniciou suas atividades em 1993. A instalação do CONANDA, juntamente com a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos Estados e Municípios, foi um passo decisivo, no sentido da consolidação de um novo modelo de atenção a crianças e adolescentes, na medida em que permitiu o reordenamento institucional proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É sem dúvida um grande avanço da sociedade, no sentido de garantir de forma democrática as discussões e a proposição de políticas específicas voltadas para a área. O Conselho é composto, de forma paritária, por representantes indicados pelo Governo Federal e por membros da sociedade civil, permitindo maior eficiência e legitimidade às manifestações voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Ao CONANDA compete propor modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas à garantia desses direitos, apoiar e promover campanhas educativas sobre os postulados do ECA, acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos além de gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Após 12 anos de aprovação do ECA, o CONANDA consolida-se como instância importante, não somente pelos bons resultados obtidos na mobilização e conscientização social no país, como também, na definição das políticas mais adequadas e que possibilitam o estabelecimento da prioridade absoluta à infância, conforme preconiza a Constituição Federal.

### **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE**

Criado pela Medida Provisória nº 1.799-6, de 10 de julho de 1999, como órgão superior de deliberação colegiada, o CONADE tem como competências acompanhar e avaliar a política nacional da pessoa portadora de deficiência e as mais diversas políticas públicas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, no que concerne à pessoa portadora de deficiência. As competências do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE estão definidas no Decreto 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999.

O Brasil tem mais de 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados preliminares do Censo 2000 sobre a situação dos portadores de deficiência no Brasil. Esses números foram analisados na XIV Reunião Ordinária do CONADE, realizada nos dias 11 e 12 de julho, no

Ministério da Educação. Pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE incluiu cinco itens sobre o assunto em sua pesquisa nacional.

### **Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD**

Criado em 27 de maio de 1998, órgão colegiado, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça, ao qual compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. O Conselho, também, tem como atribuição responder e acompanhar os casos de discriminação previstos na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, o CNCD acompanha denúncias de violação dos direitos humanos dos povos indígenas, casos de homofobia, discriminação racial contra a população negra e apoio a comunidades de remanescentes de quilombos.

### **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI**

Criado em 13 de maio de 2002, tem como competências: supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso, elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Nacional do Idoso, acompanhar a implementação da política nacional do idoso, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estimular e apoiar tecnicamente a criação de conselhos de direitos do idoso nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, propiciar assessoramento aos conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais, no sentido de tornar efetiva a aplicação dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso e zelar pela implementação dos instrumentos internacionais, relativos ao envelhecimento das pessoas, dos quais o Brasil seja signatário.

**Conselho Deliberativo Federal do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas**, ao qual compete decidir sobre os pedidos de admissão e exclusão do Programa, solicitar às autoridades competentes medidas de proteção, solicitar ao Ministério Público as providências necessárias à obtenção de medidas judiciais acautelatórias, encaminhar as pessoas, que devem ser atendidas pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial, adotar as providências necessárias para a obtenção judicial de alteração de identidade civil, fixar o valor máximo da ajuda financeira mensal aos beneficiários da proteção e deliberar sobre questões, relativas ao funcionamento e aprimoramento do Programa.

**Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional**, criado pelo Decreto 3.174/99, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras reunir-se-á, semestralmente, para avaliar os trabalhos efetuados no período e traçar políticas e linhas de ação comuns, objetivando o cumprimento adequado, pelo Brasil, das responsabilidades assumidas por força da ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. O Conselho é composto pelos seguintes membros: Autoridade Central Administrativa Federal, que o presidirá, um representante de cada Autoridade Central dos Estados Federados e do Distrito Federal, um representante do Ministério das Relações Exteriores e um representante do Departamento de Polícia Federal.

---